



República da Guiné-Bissau

CACINE

QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA

2023 - 2033





República da Guiné-Bissau

CACINE

2023-2033

Quadro de Acção para Resiliência da Cidade



Agradecimentos especiais aos pontos focais Abubacar Djau, Braima Ture, Nafi Cante, Lassana Camara, Alia Queita pela contribuição durante todo o processo da construção do Quadro de Acção para Resiliência (QuaRC) e pelos esforços e determinação na construção de uma Cacine mais resiliente



ÍNDICE

PREFÁCIO	V
INTRODUÇÃO E OBJECTIVO	8
Objectivo do QuARC	10
CONTEXTO	11
Localização Geográfica do Sector	12
Aspectos Socioculturais e Políticos	13
Aspectos Físicos, Económicos e Ambientais	14
PERFIL DE RISCO DA CIDADE	16
CITYRAP EM CACINE	20
QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA	25
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	32
CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS	34

PREFÁCIO

MINISTRO DO AMBIENTE

A Guiné-Bissau classificada no grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e, integra a lista dos Países Menos Avançados (PMAs), altamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. Essa vulnerabilidade é agravada ainda, pela limitada capacidade técnica, tecnológica, financeira, e humana na perspectiva de conceber e implementar medidas de reforço de resiliência e a capacidade de adaptação desses impactos. Isso explica a exposição e vulnerabilidades também das cidades costeiras da Guiné-Bissau.

A zona costeira ocupa mais de 60% do território nacional, e alberga mais de 70% da população guineense. É uma zona extremamente importante para economia do país e particularmente na conservação da nossa rica biodiversidade. Pois nela, abriga um aglomerado de ecossistemas faunísticos e florísticos que integram a lista de espécies raras e/ou ameaçadas, bem como a elevada concentração de atividades socioeconómicas (comerciais, pesqueiras, turísticas, industriais, entre outras) com potencial de transformação para um desenvolvimento económico resiliente e sustentável. Assim, este nosso Governo atribuí uma importância extrema à zona costeira, onde as Cidades como Bubaque, Mansoa, Cacine, Bubaque, entre outras fazem parte. Consciente de que estamos a viver em tempos de crises climáticos, energéticos e de segurança alimentar) sem descurar da pandemia do COVID-19 que ainda continua a ceifar vidas, é minha convicção de que precisamos reforçar o multilateralismo, a construção de largos e sólidos consensos sobre os desafios globais e assim, atenuar os seus impactos nas vidas das populações e comunidades locais. Para isso, é importante ter instrumentos de política elaborados em observância aos critérios como: participação, género, inclusão social, etc.

Quero aqui assegurar de que na minha qualidade do Ministro do Ambiente e Biodiversidade, não pouparei esforços no sentido de advogar e sensibilizar a comunidade nacional e internacional sobre a necessidade de proteger a zona costeira, particularmente as Cidades que estão a registar um elevado aumento da densidade populacional. Igualmente, apelo a solidariedade dos parceiros técnicos e financeiros para em conjunto contribuirmos na execução de medidas endógenas contidas neste Plano.

Uma palavra de apreço à colaboração com a UN-Habitat, e o meu agradecimento pelo trabalho desenvolvido. Estou consciente da necessidade de levar avante este exercício para outras cidades do País, e espero contar com a vossa assistência. Estendo ainda os meus agradecimentos ao PNUD no esforço de empoderamento das nossas comunidades em prol da sua resiliência.



Viriato Luís Soares Cassamá
Ministro do Ambiente e Biodiversidade



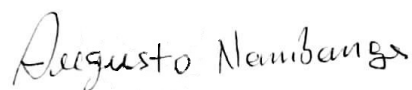
PREFÁCIO

ADMINISTRADOR

A Cidade de Cacine é uma península completamente esquecida e muito vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. As populações locais estão a enfrentar enormes dificuldades como acesso à água potável, falta do pescado, erosão, subida das águas do mar, deflorestação, falta de coordenação e de confiança, etc. O trabalho de planificação levado a cabo pelo UN-Habitat com apoio do PNUD, trouxe a esperança e despertou consciência dos filhos de Cacine de que só juntos é que podemos ser mais resilientes e desenvolver Cacine. Não devemos permitir que a política nos separe pelo contrário, devemos buscar consensos sobre os nossos desafios. Por isso, na qualidade de Administrador pretendo exercer uma liderança política inclusiva onde ninguém será deixado de fora, a fim de juntos trabalharmos arduamente na implementação deste plano. Estou convicto que não será uma tarefa fácil, por isso lanço um apelo aos filhos e amigos de Cacine, aos parceiros técnicos e financeiros que nos apoiem no sentido de não defraudar expectativas que foram criadas a volta deste plano. Foi um trabalho que envolveu muitas pessoas, muitas reuniões e precisamos continuar nessa dinâmica, sem exclusão por nenhuma razão que seja. Este documento passa a ser o nosso guia, e será fortemente disseminado para o seu conhecimento e fiscalização. Quero lembrar que estamos a concluir uma etapa importante, um marco inegável onde todos os que participaram directa ou indirectamente terão uma quota-parte e responsabilidade na implementação do QuARC (Quadro de Acção para a Resiliência da Cidade de Cacine).

O nosso muito obrigado aos parceiros técnicos e financeiros que nos apoiaram. Agradecer o Governo Central através do Ministério do Ambiente e Biodiversidade e de modo especial, aos Pontos Focais pela dedicação e brilhante trabalho desenvolvido.

Bem-haja!



Augusto Nambanga
Administrador de Cacine



PREFÁCIO

UN-HABITAT

A Guiné-Bissau está em um ritmo acelerado de urbanização, um processo que, quando adequadamente planejado, apresenta uma oportunidade de impulsionar um crescimento socioeconómico. Porém, a expansão urbana acontece de forma desordenada com consequências no aumento de áreas informais e crescente exposição aos riscos sociais, climáticos e acesso limitado aos serviços básicos essenciais. Por um lado, assiste-se a um conjunto de más práticas antrópicas, nomeadamente, desflorestação para fins habitacionais, construções em zonas húmidas, gestão inadequada dos resíduos sólidos, etc. Do ponto de vista natural, as cidades confrontam-se com problemas de chuvas fortes e irregulares, ventos fortes, inundações, erosão costeira, entre outros.

Por essas e outras razões, construir resiliência urbana também deve merecer uma prioridade estratégica do Governo. É igualmente importante a adoção de instrumentos de política adequados à escala local, onde os parceiros técnicos e financeiros, sob a liderança política forte e inclusiva do Administrador poderão convergir em prol de apoiar a transformação e mitigação dos impactos adversos das alterações climáticas. Foi esse olhar que foi implementada a ferramenta CityRAP nas Cidades de: Bubaque, Mansoa, Cacine e Bubaque, com propósito de ajudar as autoridades Administrativas Locais a introduzir gestão de riscos de desastres nas estratégias e políticas locais, tendentes à construção da resiliência urbana.

Assim, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), enquanto parceiro de assistência técnica, está comprometido em continuar a colaborar com os Governos (Central, Regional e Local) nos domínios de elaboração de instrumentos de política a diferentes escalas, capazes de colaborar na adaptação, mitigação e transformação socioeconómica resiliente, através dos princípios de building back better, e não deixar nenhum lugar e ninguém para trás. Isso é uma aposta séria e o caminho adequado para permitir as autoridades competentes e parceiros a aproveitar de forma estratégica as oportunidades oferecidas pela urbanização sustentável. Aproveito para agradecer ao Governo da Guiné-Bissau pela confiança política e reconhecimento do nosso valor acrescentado. Reitero a nossa total disponibilidade de continuar a trabalhar dedicadamente no empoderamento dos Governos Locais, através de ações de reforço de capacidades e assistência técnica. Agradecer igualmente ao PNUD pela parceria estratégica. O nosso MUITO OBRIGADO é extensivo aos sucessivos Administradores dessas Cidades e de forma especial aos Pontos Focais Locais que com muita dedicação lideraram o processo.

A Todos o nosso muito obrigado!



Mathias Spaliviero

Oficial Sênior do UN-Habitat no Escritório Regional para África
e Responsável pelo Escritório Guiné-Bissau



Introdução e Objectivo



INTRODUÇÃO

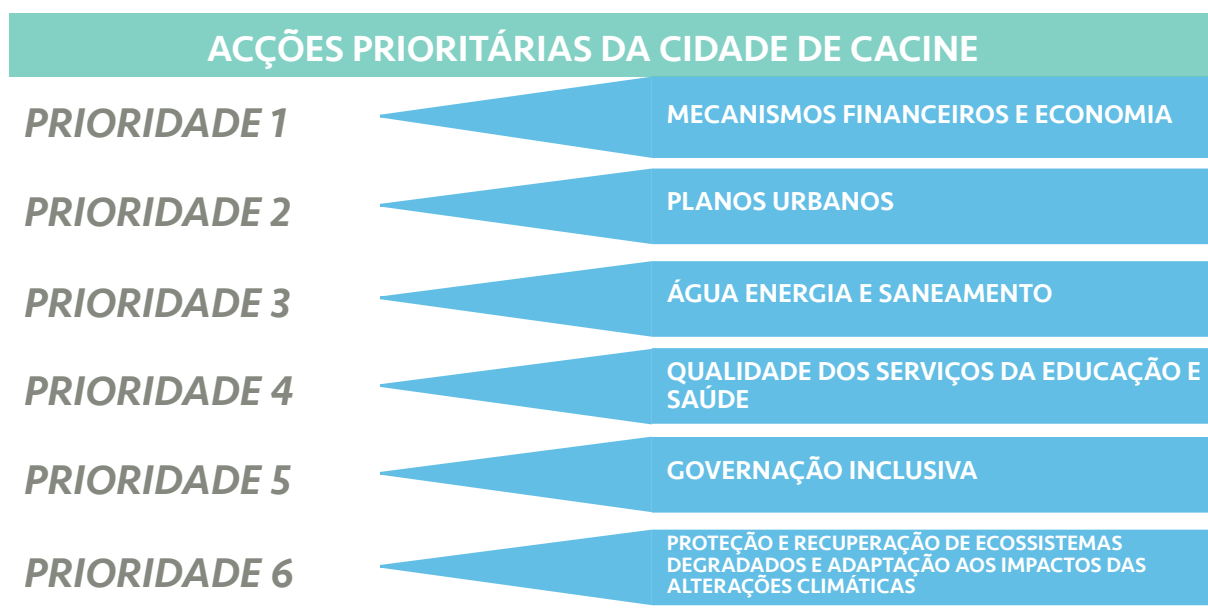
A Cidade de Cacine é uma península litorânea, localizada na margem do Rio Cacine. Portanto, altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à inundação, erosão costeira, erosão pluvial, ventos fortes, intrusão salina, entre outros. As Autoridades Administrativas Locais têm pouca capacidade técnica sobre gestão de risco de desastre e catástrofes naturais e poucos meios financeiros para fazer face aos problemas ambientais citados. Em consequência, as popula es têm uma vida bastante limitada e condicionada, sendo urgente encontrar medidas estruturantes e coordenadas para reforçar a resiliência da Cidade.

Preocupado em reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras do país, o Governo da Guiné-Bissau recebeu apoio do Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial do Ambiente, através do "Projeto Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência Climática das Comunidades Costeiras Vulneráveis da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos (COASTAL)". Por sua vez, contou com o apoio técnico do Programa das Na es Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para implementar a ferramenta CityRAP

(Ferramenta de Planifica o de Ac es para Resiliência da Cidade), destinada a planifica o de ac es de resiliência nas cidades costeiras que integram suas zonas de interven o, a saber: São Domingos, Mansoa, Cacine e Bubaque. O propósito   de implementar conjunto de medidas estratégicas tendentes a contribuir na redu o da vulnerabilidade das comunidades costeiras do País.

Assim, o processo de planifica o da Cidade de Cacine ocorreu entre Março e Setembro de 2022, liderado pelos técnicos locais designados de Pontos Focais Locais (PFL). Esses técnicos num total de 05 pessoas, foram treinados na base da metodologia aprender-fazendo, em 04 fases interdependentes para desenvolver o "Quadro de Ac o para Resiliência da Cidade de Cacine (QuARC)". Um documento de política   escala da cidade, que vai permitir ao governo local e outras institui es interessadas, integrar a resiliência em suas políticas, planos, finanças, organiza o institucional e interven es existentes e futuras.

O QuARC foi elaborado na base de uma abordagem participativa, inclusiva (sem deixar ninguém de fora). Cont m 06 ac es prioritárias, seleccionadas na base de consenso, a saber:



Cada uma delas, têm actividades pilotas a serem implementadas a curto (0-2 anos), médio (3-5 anos) e longo prazo (06 a 10 anos), acompanhado da componente espacial, a indicar onde devem ser implementadas.

O QuARC de Cacine tem horizonte temporal de 10 anos (2023 a 2033) e será acompanhado por um processo de monitoria e avaliação. O QuARC deve ser actualizado de 02 em 02 anos, e a sua avaliação poderá acontecer de forma interna ou externa. O Administrador da Cidade deve desempenhar o papel de líder do processo e assegurar um contínuo processo de coordenação com todas as partes interessadas.

Os Pontos Focais Locais devem continuar a prestar esse relevante serviço à cidade, também na implementação de projectos pilotos seleccionados. A implementação do QuARC Cacine será da responsabilidade primária da Administração Local, com o apoio de todas as organizações locais e parceiros de desenvolvimento. O Gabinete Regional de Plano e Estatística é a estrutura encarregada de operacionalizar a parte técnica do QuARC e com apoio dos Pontos Focais Locais. A Gestão Baseada em Resultados é o critério que irá

fundamentar sua implementação, por forma a otimizar os recursos e impulsionar a cultura de prestação de conta junto às partes interessadas.

OBJECTIVO

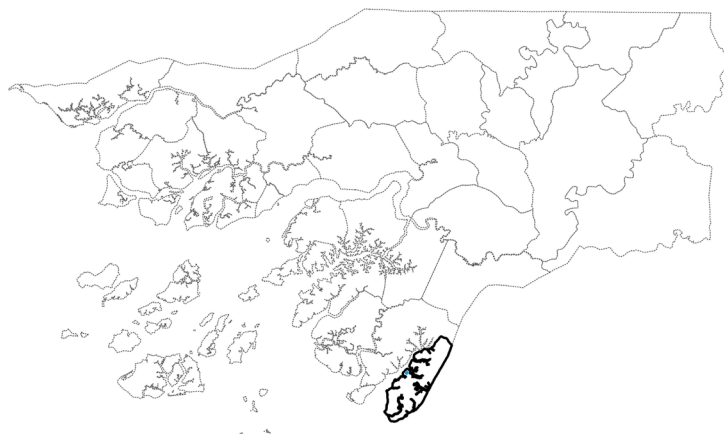
O QuARC visa constituir uma plataforma de coordenação e de articulação entre os diferentes actores na perspectiva de integrar gestão de riscos de desastres nas estratégias locais de desenvolvimento, visando a construção da resiliência, adaptação e transformação rumo ao desenvolvimento local sustentável.

Contexto



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE

O Sector de Cacine é um dos 5 Sectores administrativos da região de Tombali a par dos Sectores de: Quebo, Bedanda, Catio e Komo, Situado no Sul da Guiné Bissau, região de Tombali. O Sector de Cacine faz fronteira com a República da Guiné Conakry, Região de Boke (Sectores de Sansale e Kanfarandé) numa linha aproximadamente de 140km, dos 411km da linha que divide os dois países, sem nenhuma barreira natural. A Cidade de Cacine tem uma distância de 285 km à Capital Bissau, e 7km do Sector de Sansale Região de Boke, República da Guine Conakry. Cacine está na margem do Rio Cacine, que atravessa o Sector, a Leste e Oeste. É um rio muito importante para fornecimento de água potável, fonte de alimentação e navegação fluvial, onde desembarcam produtos haliêuticos.



Mapa sector de Cacine. Fonte: UN-Habitat 2022



8 comunidades



2 bairros

Bairros 1 e 2



15.648 Habitantes
População Total SECTOR CACINE



977 Habitantes
População Urbana



14.671 Habitantes
População Rural



7.697 Habitantes
População Masculina



7.951 Habitantes
População Feminina



8 etnias predominantes
Nalus, Fulas, Balantas, Sussos, Mandingas, Papeis, Mancanhas e Djacancas

ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

Breve história da cidade de Cacine

Aspecto cultural

A etnia Nalu tem basicamente dois símbolos que lhes representam. O Matchool é uma representação cultural muito forte associado ao ritual sagrado dos seus ancestrais. Tem valor simbólico e elemento de convergência e interconexão entre o povo Nalu. Por ser sagrado, os seus ensinamentos são transmitidos durante a cerimônia de iniciação (fanado). É durante o fanado

que os jovens são ensinados sobre a arte, curas tradicionais, sucessão, relacionamento social, conhecimento da tradição Nalu, etc. O segundo é Nimba, instrumento de guerra proveniente de rituais sagrados e que foi utilizado primeiramente na batalha contra os Fulas, durante expansão do islamismo na costa ocidental da África.

Aspecto social

A cidade de Cacine conta com uma diversidade étnica e religiosa enorme. Essa diversidade sociocultural constitui a maior riqueza e sustenta coesão social. Não obstante, é importante sublinhar que as questões políticas ou político partidária estão a exercer uma influência negativa séria a coesão social e convivência pacífica entre as populações. Essa constatação foi um dos maiores

constrangimentos que o processo de planificação enfrentou e que, conseguiu superar ao congregar líderes que não falavam entre si para uma união em prol de uma visão comum. É extremamente importante continuar com ações de sensibilização e outras medidas estruturantes com vista a resgatar a identidade e união entre as populações locais.



Antigo Porto de Cacine. Fonte: Rumo a fulacunda



Dança tradicional Nalu. Fonte: Wikipedia 2022

Aspecto político-administrativo

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, significa dizer que não existem governos locais autónomos. Os Governadores e Administradores são responsáveis pelas regiões e sectores, respectivamente. Eles são nomeados a partir do governo central, através da proposta do Ministro da Administração Territorial e aprovado no Conselho de Ministros.

Assim, o Sector de Cacine dispõe de um Administrador (figura máxima), um Secretário Administrativo e alguns auxiliares de Administração Local. O Sector de Cacine é assistido por um Delegado Regional de Plano para Região de Tombali. Esse Delegado é encarregado de acompanhar e promover a coordenação das intervenções ao nível regional e local, através do Gabinete Regional de Plano e

Estatística (GRPE). O GRPE é um fórum destinado a dinamizar a governação ao nível regional e local. Nele estão agrupados todos os Delegados Regionais, os representantes do Poder Tradicional, representantes das Entidades Religiosas e representantes das Organizações da Sociedade Civil.

Existem, ainda, as figuras do Poder tradicional (régulos e chefes de tabancas). Essas entidades são autoridades independentes do Estado, mas que exercem influências nos assuntos da administração do território local, divisão das terras, resolução de conflitos etc. E finalmente, existem os chefes de tabanca que são responsáveis ao nível das tabancas.

Aspectos físicos, económicos e ambientais

Superfície Total do Sector	559 Km ²
Clima	Sudanoguineense. Duas épocas: Chuvosa (junho a outubro) e Seca (novembro a maio)
Temperatura	Variação Média Anual de 24 a 31o C
Relevo	Terra (Plano e Planícies dominam o território)
Pluviometria	1500 mm (média anual)
Vegetação	Mangrove, Essenciais Florestais e Palmeiras
Potencialidade Agrícola	Planalto, mangrove e Bas-Fonds
Tipos de Solo	Solos Hidromórficos Marinhos (Mangrove) Solos Feralíticos Tropicais (Planalto); Solos Hidromórficos Continentais (Bas-Fonds) Solos Regossolos (Silvo pastoril extensiva); Litossolos

POTENCIALIDADES DE CACINE

A sua economia baseia-se essencialmente na pesca, silvicultura, criação de animais de modo tradicional. A população local tem uma forte ligação com o mar sobretudo à pesca e coleta de frutos do mar. A pesca artesanal assume um papel importante na economia da Cidade e na segurança alimentar. Além de contribuir significativamente na criação de emprego (permanente e sazonal) e renda para uma população que se ocupa exclusivamente da pesca e agricultura de subsistência.

O Sector de Cacine dispõe de enorme potencialidade de pesca e em particular a pesca artesanal. Possui abundantes recursos marinhos, garantidos pelas características geomorfológicas e físicas do seu território. A zona onde as populações locais praticam a pesca artesanal é considerada frontispício de reserva de habitat, zona de desova, reprodução e crescimento de espécies juvenis. Por isso, é de capital importância que sejam adotadas medidas de conservação e gestão sustentável dos recursos haliêuticos, acompanhado de um eficiente sistema de seguimento.

A pesca em Cacine é marcada por uma forte presença de pescadores estrangeiros (Senegal, Guiné-Conacri e Serra Leoa) acusados de práticas de pescas ilícita, degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros etc. São dotados de equipamentos sofisticados, o que lhes proporciona maior produtividade e rendimento económico.



Quadro de Acção para resiliência da cidade de Cacine 2023 -2033

Perfil de Risco da Cidade



PERFIL DE RISCO DA CIDADE DE CACINE

A Cidade de Cacine é uma península litorânea muito vulnerável aos impactos das alterações climáticas. A Cidade é rodeada de braços de rio em duas margens e nota-se uma grande influência da erosão costeira, sobretudo nas margens do Rio do Cacine. Os moradores contam de zonas onde existiam casas, pequenas infraestruturas e que hoje, foram totalmente consumidas pelo avanço das águas do mar. O território apresenta elevado índice de erosão, provocada pelos movimentos da maré, e perda de vegetação nas beiras dos rios, colaborando para o assoreamento e sedimentação do rio e zonas baixas onde é praticada a rizicultura. Algumas barreiras ou infraestruturas que foram erguidas para conter avanço do mar, foram totalmente erodidas ou cobertas de água, e várias infraestruturas à volta do porto estão destruídas. Existem famílias que vivem em zonas de riscos de submersão e veem seus campos de cultivos totalmente inundados principalmente na época das chuvas. Factos que colocam em risco vidas e propriedades agrícolas, com forte impacto na segurança alimentar.

Também, existem práticas antrópicas que estão a reforçar suas condições de vulnerabilidade, tais como: corte do mangal para fumagem e conservação do pescado, deflorestação para fins de agricultura itinerante, plantação de cajueiros e implantação de novas tabancas, expansão desordenada, deposição de lixo em locais inadequados e que vão parar ao mar, práticas de pescas com artes de monofilamento etc.

A Cidade está desprovida de capacidade técnica (materiais e equipamentos, pessoal) e financeira. Não dispõe de pessoal responsável e com capacidade sobre gestão de risco de desastres naturais. Confronta-se ainda, com dificuldades de gestão de lixo e saneamentos básico, a energia elétrica produzida é bastante limitada e há grande carência de acesso à água potável. O custo de vida é extremamente alto, influenciado pela insuficiência de produção de bens de consumo, elevado custo de transporte e cobranças ilícitas de taxas/impostos por parte das autoridades aduaneiras. Assim, os comerciantes sentem-se na condição de recuperar seus custos e acabam praticar preços altos, que em alguns casos ultrapassam a média da capital Bissau.

As ameaças ambientais ligadas ao avanço das águas do mar, a erosão, a pobreza e falta de serviços básicos e a fraca capacidade de gestão da cidade são os maiores riscos indicados pelos estudos e com maior incidência da vulnerabilidade na cidade de Cacine.

CACINE

MAPA DE RISCO E VULNERABILIDADE

Durante o processo de realização da Ferramenta CityRAP foi realizado pelos pontos focais com as comunidades dos bairros mais vulneráveis da cidade um mapeamento de risco e vulnerabilidade da Cidade de Cacine (mapa a direita).

- 1.** Identificação dos principais serviços e infraestruturas da cidade, como estradas, espaços públicos, etc.
- 2.** Mapeamento das zonas construídas e zonas verdes, para identificar eventuais áreas de risco ambiental, como zonas húmidas e alagáveis. Em particular, pretendeu-se distinguir as áreas planeadas das não planeadas, áreas cultivadas (cultiváveis) bem como áreas ambientalmente sensíveis
- 3.** Mapeamento das áreas da cidade que foram afectadas por ventos fortes, perda de mangal, florestal, erosão, deslizamentos de terra, etc.
- 4.** Em último, foram identificadas as áreas mais pobres da cidade, onde altos níveis de criminalidade são observados assim como particulares problemas de segurança.

LEGENDA

 Perda de Mangal (2000 - 2010)

REDE RODOVIÁRIA

 Secundária

 Terciária

 Hospital Regional

CORPOS DE ÁGUA

 Rio

 Zona Húmida

 Áreas Inundáveis


COBERTURA VEGETAL


 Agricultura

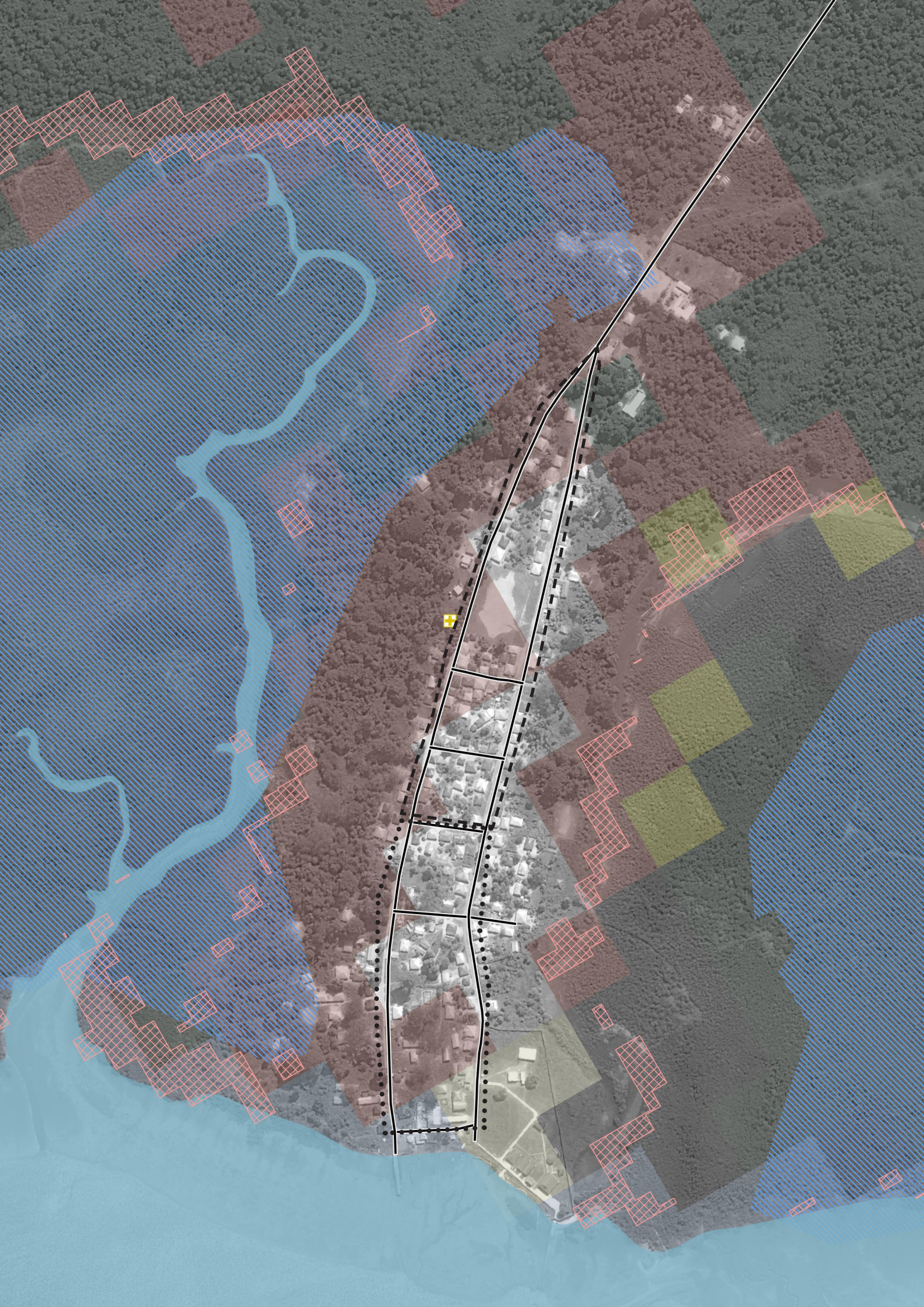
 Floresta Fechada

 Perda Florestal

RISCOS

 Áreas Inundáveis
Criminalidade
Erosão
Ventos Fortes

 Áreas Inundáveis
Erosão
Ventos Fortes



An aerial photograph of a village in Cacine, Mozambique. The village is characterized by numerous small, rectangular houses with corrugated metal roofs, some in shades of red, brown, and grey. The houses are clustered together, with dirt paths and roads winding through them. The village is surrounded by dense, lush green forest. In the upper right portion of the image, there is a large, open, sandy area that appears to be a field or a clearing. The overall scene depicts a rural settlement integrated with its natural environment.

CityRAP em Cacine

A METODOLOGIA CITYRAP EM CACINE

O UN-Habitat em parceria com o DiMSUR desenvolveu uma ferramenta para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades a riscos naturais e outros, chamada City Resilience Action Planning (CityRAP), que é a Ferramenta para a Planificação de Acções de Resiliência da Cidade.

A Ferramenta CityRAP é uma metodologia de planificação participativa que tem como base 5 (cinco) pilares de resiliência que se desenvolve em um conjunto de exercícios e actividades de treinamento direccionados às autoridades municipais, comunidades e partes interessadas locais. Cacine foi uma das cidades seleccionadas para beneficiar da implementação desta ferramenta, como forma de apoiar as autoridades locais e comunidades na redução da vulnerabilidade face aos riscos de desastres naturais. A ferramenta CityRAP consiste em uma série de actividades cuja implementação durou cerca de 7 meses, divididas em seguintes fases:



Cinco pilares de resiliência. Fonte: Metodologia CityRap booklet

FASE 0: PREPARATÓRIA

FASE 1: COMPREENDENDO A RESILIÊNCIA URBANA

FASE 2: COLECTA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

FASE 3: ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

FASE 4: ELABORAÇÃO DO QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIENCIA DA CIDADE

A ferramenta de Planificação de ações de Resiliência da Cidade (CityRAP Tool) aconteceu entre os meses de Fevereiro e Setembro de 2022. O processo foi liderado pelos Pontos Focais Locais (PFL). Estiveram envolvidos nesse processo interactivo e de estabelecimento de consensos a volta dos principais desafios os seguintes actores: Administração Local, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Poder Tradicional, Associações de Jovens, de Mulheres, de camponeses, comunidades locais, mídias etc.

Assim, foram seguidos, adaptado ao contexto local a metodologia da Ferramenta CityRAP nas suas 04 fases interdependentes, conforme abaixo explicado:

FASE 0 . Visita preparatória **08 e 09 de Fevereiro de 2022**

Esta fase consistiu em reuniões com as autoridades e comunidade locais com objectivo esclarecer e sensibilizar sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade, e obter o comprometimento e engajamento na implementação local desta ferramenta. No Gabinete do Administrador Sectorial, na cidade de Cacine, foi realizado um esclarecimento e sensibilização das autoridades locais (regional e sectorial) e sociedade civil, sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade de Cacine, para obter o comprometimento e engajamento com o processo de sua implementação.



Reunião com autoridades locais



Mapeamento Participativo da Cidade de Mansoa

FASE 1 . Curso Intensivo **04 - 08 de Abril de 2022**

Na primeira fase do processo CityRAP, 15 representantes da Administração Local, Poder Local e Sociedade Civil, foram treinados por quatro dias em resiliência urbana. Após o primeiro treinamento, foram selecionados 05 (cinco) pontos focais locais que ficaram responsáveis pela condução de todo processo de planificação da cidade.

Assim, eles foram treinados e preparados para as tarefas de fase 2 que consiste em: (i) realizar uma auto-avaliação institucional nas instituições públicas da cidade e (ii) realizar mapeamento participativo da comunidade.

FASE 2 . Colecta e Organização de Dados

11 de Abril a 06 de Junho de 2022



Mapeamento das vulnerabilidades a nível comunitário

O processo envolveu a administração de um questionário de auto-avaliação a dez (10) departamentos governamentais presentes no Sector de Cacine para avaliar sua percepção sobre o *status* da resiliência da cidade. O questionário estava centrado nos cinco (5) pilares da resiliência urbana abordados na Fase 1.

Os pontos focais realizaram o processo de mapeamento participativo com os membros da comunidade em Bairros vulneráveis que foram selecionados durante a Fase 1 para colectar e mapear informações sobre os potenciais riscos que afectam seus Bairros. Durante o processo, os membros da comunidade identificaram as principais ameaças e riscos e os identificaram na imagem de satélite.

FASE 3 . Análise de Dados e Priorização

09 a 13 de Maio de 2022

Reuniões de Discussão de Grupos Focais foram realizadas durante 4 dias somando aproximadamente 50 participantes, com uma representação considerável dos membros da comunidade, de algumas instituições governamentais, da sociedade civil, do poder tradicional e do sector privado. Eles deliberaram sobre as questões que emergiram do exercício de autoavaliação municipal em cada pilar temático. Uma lista de ameaças e riscos identificados durante o mapeamento de riscos foi discutida em profundidade.

No quinto dia foi realizado um *workshop* de priorização que envolveu técnicos municipais, tomadores de decisão e representantes da comunidade para examinar os resultados e decidir sobre as questões mais críticas a serem abordadas, a fim de construir a resiliência da cidade de Cacine.

Os pontos focais locais foram ainda encarregados de conduzir um estudo de linha de base sobre cada uma das questões prioritárias que emergiram do Seminário de Priorização. Isso foi para determinar a posição actual da cidade de



Workshop de Priorização

FASE 4 . Elaboração e Validação do QuARC Cacine

06 a 10 de Junho de 2022

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade (QuARC) é um documento de política e resultado da implementação da ferramenta CityRAP. Esse documento foi elaborado pelos ponto focais e com apoio dos Consultores Nacionais. O QuARC oferece uma oportunidade para as autoridades locais construírem/reforçarem a resiliência de uma cidade na qual se encaixam políticas, planos, mecanismos financeiros e institucionais existentes e futuros e intervenções concretas.

Também descreve acções prioritárias a serem implementadas, com objectivos específicos. Para elaborar o QuARC, os pontos focais realizaram uma avaliação de linha de base, revisando minuciosamente os dados disponíveis para cada questão prioritária em relação a políticas, planos urbanos, configuração institucional, finanças e intervenções. Os resultados da avaliação foram analisados mais detalhadamente e bem como as Acções Prioritárias, que respondiam a objectivos específicos e mensuráveis, seguidos de lista de actividades concretas a serem executadas para resolver os problemas prioritários.

Por fim, um Seminário de Validação Técnica para 40 pessoas foi realizado. Neste seminário de carácter político, tomaram parte autoridades administrativas locais, representantes do Governo Central, Organizações da Sociedade Civil, Poder Tradicional, Associações de Base e Mídia local. O evento foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social nacional e local e teve uma excelente participação pública.



Seminário de formulação do QuARC

Quadro de Acção para Resiliência



VISÃO

"Até 2032, tornar cidade de Cacine economicamente desenvolvida e diversificada, bem governada, socialmente coesa rumo ao desenvolvimento resiliente e sustentável"

Para a consecução da visão acima estabelecido, foram priorizadas conjunto de actividades capazes de contribuir para sua realização. Assim, é apresentado no quadro abaixo as principais ações de Cacine:

ACÇÕES PRIORITÁRIAS DA CIDADE DE CACINE

PRIORIDADE 1

Melhorar a coordenação das finanças entre os diferentes departamentos envolvidos, a fim de aumentar o orçamento disponível para financiar melhoria na qualidade de educação e saúde, água, energia e saneamento, recuperação de zonas degradadas e mitigação de efeitos das alterações climáticas e diversificação económica.

MECANISMOS FINANCEIROS E ECONOMIA

PRIORIDADE 2

Elaborar planos urbanos integrados para as áreas sensíveis (zonas sagradas, expansão, atividade económica) e vulneráveis (erosão, inundação e ventos fortes) da cidade que se concentrem nas questões prioritárias identificadas e sejam coerentes com os planos existentes.

PLANOS URBANOS

PRIORIDADE 3

Em colaboração com os departamentos responsáveis ao nível central e regional e parceiros técnicos, implantar infraestruturas de produção, distribuição e criar mecanismos inclusivos de financiamento local.

ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO

PRIORIDADE 4

Melhorar a qualidade dos serviços de educação e saúde, equipar e ampliar infraestruturas existentes e criar mecanismos locais de financiamento.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

PRIORIDADE 5

Melhorar a coordenação entre os diferentes departamentos desconcentrados a fim de recuperar a confiança, coesão social e promover uma governação inclusiva

GOVERNAÇÃO INCLUSIVA

PRIORIDADE 6

Em colaboração com departamentos responsáveis (nacional/regional e local), identificar ecossistemas degradados (rios, lagos, bolanhas e florestas), conceber soluções localmente adaptadas e elaborar instrumentos de mitigação das alterações climáticas.

PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS DEGRADADOS E ADAPTAÇÃO AOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

MECANISMOS FINANCEIROS E ECONOMIA

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 1.1 Diminuir cobranças fiscais sobre produtos de primeira necessidade comerciais		Administração Local, BAF, Finanças, Comércio	UN-Habitat, UE, UEMOA, DGA
Actividade 1.2 Ordenar pagamento de taxas sobre rendimento e arrobação (peça artesanal) junto ao Comité de Estado, conforme estabelece o Código de Postura		Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	UN-Habitat, UE, UEMOA
Actividade 1.3 Assegurar a descarga de pescado, conforme estabelecido na Lei de pescas		Delegacia Regional de Pesca Artesanal de FISCAP, Guarda Costeira de Cacine	Ministério das Pescas, FISCAP
Actividade 1.4 Implantar mercado da cidade		Administração Local	Ministério da Administração Territorial, ONGs, Associação de Comerciantes
Actividade 1.5: apoiar iniciativas de microcrédito para associação de pescadores	Melhorada a economia local com produção diversas, vibrante onde as ferramentas financeiras são bem aplicadas	Ministério das Pescas	Ministério das Pescas, Ministério da Economia, Caritas, ONGs, Agência de Microcrédito
Actividade 1.6: Implementar um programa de sinalização de vias públicas		DGVTT	Ministério dos Transportes
Actividade 1.7: Elaborar projeto integrado de diversificação agrícola		Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	landa Guiné, PADES, ONGs, TESE, Min. de Ambiente, UEMOA, Fundações, BAD, FAO
Actividade 1.8: Introdução de máquinas para aumentar a produção agrícola		Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	UE, UEMOA, BOAD, BAD, FAO, Sector Privado, PADES, AFD
Actividade 1.9: Reabilitação de bolanhas e campos hortícolas		Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	PADES, UE, UEMOA, FAO, AFD, Associações

PLANOS URBANOS

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 2.1 Implantar estrutura de obras públicas na cidade		Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD
Actividade 2.2 Elaborar diagnóstico sobre ocupação de solo		Delegado Sectorial do MOPHU	Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD
Actividade 2.3 Elaborar Planos: Director, Estrutura, Detalhado (sensível as alterações climáticas)	A cidade dispõe de estrutura de gestão, plano urbano, planos urbanísticos elaborados considerando as questões climáticas	Delegado Sectorial do MOPHU	Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD
Actividade 2.4 Criar estrutura de seguimento		Administração Local, Poder Tradicional	Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD

ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 3.1: Implantar instituição encarregue de água e energia		Ministério da Energia	DUE, OMVG, BM
Actividade 3.2: Capacitar técnicos para manutenção e assistência de água e energia		Administração Local	Ministério da Energia, UEMOA
Actividade 3.3 Implantar central de energia renovável	Os serviços de água e energia são melhorados, fornecimento destes bens e serviços são suficientes	Administração Local	Ministério de Energia
Actividade 3.4 Implantar furo de água e sua distribuição		Administração Local	Manitese, UE, AFD, ONGs
Actividade 3.5 Criar comité de gestão de água e energia		Ministério	Manitese, UE, Min. de Energia, Associação, ONGs
Actividade 3.6 Construir canais de drenagem		ONG NADEL, ADIM	UNICEF, Ianda Guiné, COASTAL
Actividade 3.7 Construir latrinas comunitárias (saneamento condominial)	Os serviços de saneamento básico são melhorados incluindo construção de canais de drenagens e melhores formas de gestão de lixos	Administração Local, ONGs Locais	LVIA, UNICEF, COASTAL, UNICEF, UN-Habitat
Actividade 3.8 Realizar estudo de viabilidade sobre o local de depósito de lixo		Administração Local	IANDA GUINÉ Djuntu, MAB, MSP, COASTAL
Actividade 3.9 Programa de sensibilização sobre gestão de resíduos		Administração Local	IANDA GUINÉ Djuntu, MAB, MSP, COASTAL

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 4.1 Equipar e ampliar infraestruturas escolares		Direcção da Educação	UNICEF, ONGs, Ianda Guiné, PAM
Actividade 4.2 Implementar programa de alfabetização sensível a género		Direcção da Educação	Ministério da Educação, PAM, UNICEF, ONU Mulher, FEC
Actividade 4.3 Elaborar metodologia de qualidade de ensino		Direcção Regional da Educação	Ministério da Educação, INDI, CRS, Caritas, FEC
Actividade 4.4 Adoptar hospital e inspetores de educação de meios de transporte		Direcção Regional de Saúde, Direcção Regional da Educação	OMS, Fundo Global, UNICEF, FEC, CRS
Actividade 4.5 Fornecer materiais e equipamentos de protecção individual aos profissionais do Centro de Saúde Tipo-B		Ministério de Saúde, INASA	OMS, INASA, Fundo Global
Actividade 4.6 Implementar um programa de reforço de capacidades aos técnicos de saúde e educação	A prestação de serviços da Educação e Saúde é melhorada através de aumento de capacidades técnicas	Direcção Regional de Saúde, Direcção Regional da Educação	OMS, Fundo Global, UNICEF, FEC, CRS, INASA
Actividade 4.7 Construir a residência dos médicos		Direcção Regional de Saúde	PNUD, Ministério da Saúde, UNICEF
Actividade 4.8 Manutenção do hospital existente		Direcção Regional de Saúde	Ministério da Saúde, UNICEF, PNUD
Actividade 4.9 Aumentar pessoal técnico especializado (médicos, técnico de laboratório e parteiras)		Direcção Regional de Saúde	Ministério da Saúde
Actividade 4.10 Instalar incinerador para lixos hospitalares		Ministério de Saúde, INASA	OMS, INSA, Fundo Global

GOVERNAÇÃO INCLUSIVA

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 5.1 Criar conselho consultivo de cidade, incluindo Organização de Mulheres, representante juvenil e poder tradicional		Administração Local	UE Activa, Ianda Guiné, UNICEF, PNUD
Actividade 5.2 Institucionalizar festival cultural de Cacine		Admin. Local, Poder tradicional e associações de bases	Ministério da Educação, Associação de artistas, UEMOA
Actividade 5.3 Promover campanha de sensibilização sobre cultura de paz na política	Criada estruturas que reforçam a governação que envolvem a participação de diferentes atores e reforça capacidades da Administração Local	Admin. Local, poder tradicional e associações de base	PBF, Voz di PAZ/Interpeace, INEP, WANEP, CEDEAO, LGDH
Actividade 5.4 Abertura de tribunal sectorial e serviços de identificação civil		Administração local	PBF, Voz di PAZ/Interpeace, INEP, WANEP, CEDEAO, LGDH
Actividade 5.5 Projecto integrado de reforço de capacidade institucional da Administração Local		Ministério da Administração Territorial	Ministério da Administração Territorial, COASTAL, EU Activa, PBF

ADAPTAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS












ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 6.1 Criar viveiro florestal da cidade		Administração Local, Poder tradicional e Associações de Base	Ministério do Ambiente, WETLANDS, COASTAL, DGFF, GN, Protecção Civil
Actividade 6.2 Implementar programa de repovoamento florestal (espécies nativas) em encostas e matas degradadas		Delegacia Regional de Florestas e Fauna, Guarda Costeira	Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura, COASTAL, WETLANDS, GEF
Actividade 6.3 Estudos de viabilidade e implantação de diques de protecção em zonas de exposição a erosão costeira e subida do mar		PROJECTO COASTAL, ONGs, Associações de Bases	Ministério do Ambiente, Ministério das Obras Públicas,
Actividade 6.4 Implementar um programa radiofónico de sensibilização sobre questões ambientais (Alterações Climáticas, Biodiversidade, lixo, queimadas, etc.)		Ministério do Ambiente, PROJECTO COASTAL, Rádio Comunitária Local e ONS	Palmeirinha, Órgãos de Comunicação, FAO, AFD, GEF
Actividade 6.5 Implantar um programa de assistência e de sensibilização sobre plantação e manejo de Caju	Os ecossistemas degradados são recuperados, protegidos e são criadas e implementadas medidas que mitigam impactos das alterações climáticas	COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, INPA, Rádios Comunitárias, e Administração Local	MAB, MADR, PNUD
Actividade 6.6 Montar um sistema de alerta precoce		COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Protecção Civil e Administração Local	Protecção Civil, Instituto Nacional de Meteorologia, GN
Actividade 6.7 Elaborar perfil de vulnerabilidade da cidade		COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Protecção Civil e Administração Local	Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Territorial, GEF, Banco Mundial
Actividade 6.8 Treinamento comunitário sobre técnicas de primeiro socorro e evacuação		COASTAL, Cruz Vermelha Nacional, Protecção Civil e Administração Local	Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Territorial, PNUD/GEF, Banco Mundial
Actividade 6.9 Elaborar plano de contingência		COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Protecção Civil e Administração Local	Ministério do Ambiente, UN-HABITAT, GEF

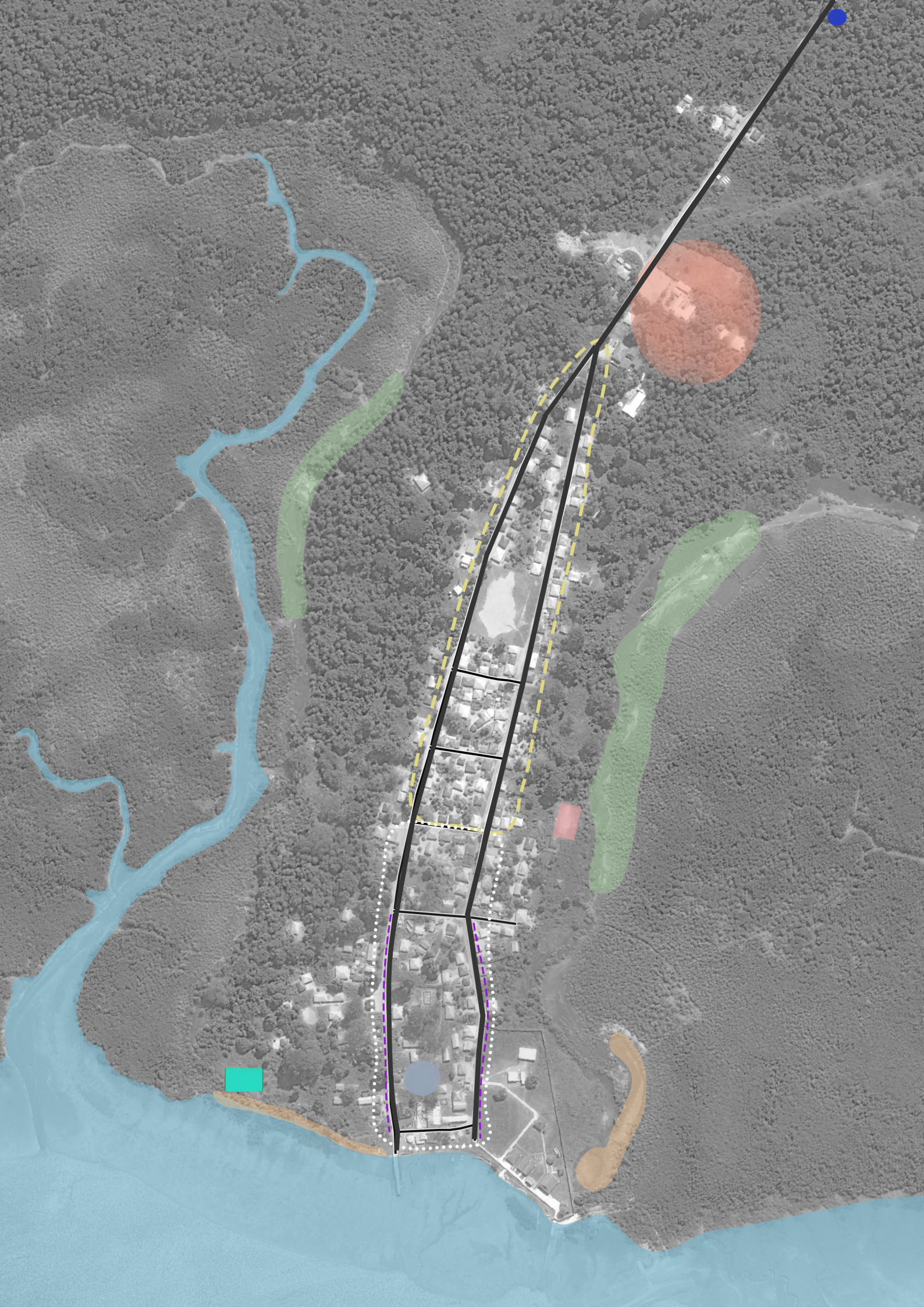
Abaixo encontra-se o Cronograma de Implementação, onde são reportados os prazos de implementação das actividades propostas, a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. A divisão das actividades nessas três categorias foi conduzida pelos participantes do Seminário de Validação Técnica (técnicos da administração,

tomadores de decisão, líderes comunitários, entre outros parceiros relevantes). Na página à direita é possível visualizar o mapa da Cidade de Cacine, com algumas intervenções levantadas pelos actores locais.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO			
ACÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
ACÇÃO PRIORITÁRIA 1	1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.7 1.8 1.9	1.6	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 2	2.1 2.2	2.3 2.4	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 3	3.1 3.3 3.4 3.6 3.7 3.9	3.2 3.5 3.8	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 4	4.1 4.2 4.3 4.5 4.6 4.8 4.9 4.10	4.2 4.4 4.7	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 5	5.1 5.2 5.3 5.4 5.5		
ACÇÃO PRIORITÁRIA 6	6.1 6.2 6.4 6.5 6.7 6.8 6.9	6.6	6.3

LEGENDA

 Melhoria da infraestrutura hospitalar	 Furo de água
 Central de Energia Renovável	 Repovoamento de espécies nativas
 Viveiro florestal	 Reabilitação de bolanhas e zonas hortícolas
 Implementação do Mercado	 Implementação de canais de drenagem
 Melhoria das estradas e da sinalização das estradas	 Bairro 1
	 Bairro 2



Implementação, Monitoria e Avaliação



IMPLEMENTAÇÃO

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade de Bubaque tem horizonte temporal de 10 anos (2023–2033). A tarefa de sua implementação é da responsabilidade primária da Administração Local, em coordenação com os parceiros de desenvolvimento incluindo as ONGs e Organizações da Sociedade Civil. O Administrador deve assumir a liderança política para o sucesso de sua implementação. Para valorização de toda capacidade criada ao longo do processo de sua elaboração é importante criar através de um despacho do Governo Central, um órgão de consulta liderado pelos Pontos Focais Locais. Isso serviria de memória institucional do processo, capaz de suprir as lacunas criadas pela instabilidade governativa, e consequentemente dar seguimento as actividades de implementação do QuARC em colaboração com o Gabinete Regional de Plano e Estatística. Esforços adicionais deverão ser consentidos na matéria de mobilização de recursos para sua efectiva implementação. Para isso, o Governo Local deve estabelecer as bases de diálogo e articulação permanente junto dos parceiros técnico e financeiros. Deve elaborar anualmente seu Plano de Trabalho Anual e partilhar com as ONGs e OSC que actuam na Cidade, bem como ao Gabinete Regional de Plano e Estatística -GRPE. Para ampliar as chances de sua implementação, o quadro foi alinhado com as prioridades nacionais (Programa do Governo e Plano Nacional de Desenvolvimento) e internacional, nomeadamente: Agenda (2030 -Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 2063 -Visão Continental Africana de Desenvolvimento), Roteiro da Samoa, Acordo de Paris, entre outros. Assim, a sua implementação estará a contribuir para alcance dos objectivos estabelecidos nos documentos. Para isso, é importante estabelecer mecanismos de comunicação clara e acessível, adaptado a realidade local por forma a facilitar sua disseminação e apropriação.

MONITORIA

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, portanto, não existem instituições ou estruturas administrativas autónomas. Assim, é proposto um modelo de Monitoramento inclusivo e participativo, que integra o Gabinete Regional de Plano e Estatística (GRPE) e o Comité Local de CityRAP/PFL. O GRPE é instituição responsável pela coordenação geral das acções de desenvolvimento local (sectorial e regional). No seu seio, existe um gabinete de planificação que reúne trimestralmente. Participam desse fórum de planificação: todos os Delegados Regionais dos ministérios sectoriais, um representante das Organizações da Sociedade Civil, um representante do poder tradicional e um da entidade religiosa. Com o propósito de potencializar as estruturas existentes, fica o GRPE responsável pela produção de relatórios informativos sobre os avanços na implementação do QuARC/Bubaque. E, para facilitar as actividades de coordenação, serão semestralmente realizadas as reuniões ordinárias entre as partes implicadas/interessadas, bem como a apresentação do relatório de Monitoria. Um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser elaborado e apresentado na reunião de coordenação do GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada parceiro de implementação vai também apresentar sua acção. Aspectos técnicos como: linha de base, meios de verificação, métodos e frequência de coleta de dados, entre outros são recomendados. Também deve ser estabelecido para cada actividade metas e indicadores (preferencialmente os que são facilmente mensuráveis). Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações serão produzidas e partilhadas pelo GRPE, com o objectivo de harmonizar e agilizar a produção de informações e evitar duplicação de dados e bancos de dados.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma actividade que pode ser interna ou externa. Isso significa dizer que os implicados na implementação, podem ser solicitados a um processo de avaliação para justificar algum fundo recebido. Também a entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa. Esses mecanismos visam simplesmente assegurar a transparência na gestão de fundos públicos e também, desenvolver a cultura de prestação de contas, credibilização dos processos e reforço de confiança entre os parceiros, etc. A metodologia CityRAP recomenda que avaliação seja independente e realizada de 02 em 02 anos. Assim, permitir que se faça avaliação dos progressos e retrocessos verificados na execução do Quadro de Acção, e consequentemente extrair lições aprendidas e actualizar o Plano. Fazendo uma adaptação à luz da realidade local, propõe-se que seja observado o período de 02 anos, e conduzido pelo Gabinete Regional de Plano e Estatística. Já o processo de sua actualização seja feita em coordenação com os Pontos Focais. Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objectivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomadas de decisões.

CONCLUSÕES

Após o longo processo de elaboração do presente Plano e de interacções com as diferentes partes interessadas, concluiu-se que:

1. O QuARC é realmente um documento que reflete os anseios da população da cidade de São Domingo, resultado de um processo de consulta aos actores locais. O problema de falta de dados característico do país, foi resolvido mediante aplicação de um questionário de 75 questões fechadas, aplicado nas instituições públicas (Autoavaliação institucional) existentes na cidade e mapeamento participativo (nas comunidades).

2. O processo de elaboração do QuARC em Bubaque foi altamente inclusivo, representativo e participativo, e que não deixou ninguém de fora. Despertou interesse das diferentes camadas sociais, e instituições envolvidas, ansiosos para ver seus interesses e expectativas realizadas em prol de um Bubaque Desenvolvido e economicamente vibrante;

3. Trata-se de uma verdadeira ferramenta de orientação, negociação e de construção de consensos sobre as prioridades de desenvolvimento da cidade. Sua implementação efectiva pode contribuir no reforço da coesão social e fortalecimento do tecido social.

4. Sua implementação requer uma colaboração multiactor, sob a liderança do governo local, envolvendo ONGs, Sector Privado, Poder Tradicional e Sociedade Civil em geral;

5. A sua falta de implementação pode traduzir-se num duro golpe para uma grande parcela da população local envolvida, e que anseiam um desenvolvimento urbano sustentável de Bubaque.

PRÓXIMOS PASSOS

* Despacho de nomeação/institucionalização dos Pontos Focais enquanto Órgão de Consulta/assessoria do Administrador da Cidade;

* Elaborar uma estratégia de disseminação, comunicação e sensibilização para maior conhecimento e apropriação dos conteúdos do Quadro;

* Elaborar um quadro orientador de monitoria e avaliação;

* Desenvolver um calendário periódico de acompanhamento e reforço de capacidades técnicas da administração local;

* Desenvolver uma estratégia endógena de mobilização de recursos para implementação.



Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat)

P. O. Box 30030, 00100 Nairobi GPO Kenya

Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)

www.unhabitat.org

Copyright

© Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos 2022



UN  **HABITAT**